

**Artigo de pesquisa**

# *Narrativas e atitudes: um estudo qualitativo das percepções em relação ao distanciamento social de jovens de Franco da Rocha, São Paulo, Brasil*

## ***Narratives and attitudes: a qualitative study of the perceptions toward social distancing, of young adults from Franco da Rocha, Sao Paulo, Brazil***

Giovanna Galle<sup>I</sup>

Maria Thereza Bonilha Dubugras<sup>II</sup>

Fabiana Santos Lucena<sup>III</sup>

### **Resumo**

O presente estudo qualitativo teve como objetivo descrever as percepções, significados e atitudes, de jovens (18 a 29 anos), que moram, estudam e/ou trabalham em Franco da Rocha, em relação à obrigatoriedade e às consequências do distanciamento social, durante a pandemia de COVID-19. Foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas. Através da Análise de Conteúdo, foram definidas as seguintes categorias e subcategorias: (1) “Práticas de distanciamento social” (subcategorias: “Saúde” e “Trabalho e renda”); (2) “Não adesão das práticas de distanciamento social” (“Percepção de risco”, “Desigualdades sociais”) e (3) “Sugestões para o enfrentamento da pandemia” (“Fiscalização”; “Políticas equitativas”; “Participação popular”). Todos os participantes afirmaram que o distanciamento social é relevante para o controle da disseminação da COVID-19, mas destacaram que a adesão da sociedade depende de políticas públicas de redução dos impactos socioeconômicos negativos. Os resultados sugerem que os entrevistados sentiam-se alijados das discussões e desejavam participar do planejamento das ações, o que é um fator promotor da adesão às medidas propostas pelas autoridades sanitárias.

**Palavras-chave:** COVID-19, adultos jovens, percepção de risco, percepção social, distanciamento social.

### **Abstract**

This qualitative study aimed at describing the perceptions, meanings and attitudes, of young adults (18 to 29 years old) who live, study and/or work in Franco da Rocha, in relation to the obligation and consequences of social distancing, during COVID-19 pandemic. Five semi-structured interviews were conducted. The following categories and subcategories were defined, through Content Analysis of the interviews: (1) “Social distancing practices” (subcategories: “Health” and “Work and income”); (2) “Non-adherence to social distancing practices” (“Risk perception”, “Social inequalities”) and (3) “Suggestions for coping with the pandemic” (“Inspection”; “Equitable policies”; “Popular participation”). All participants stated that social distancing is relevant to controlling the spread of COVID-19, but highlighted that society's adherence depends on public policies to reduce negative socioeconomic impacts. The results suggest that the interviewees felt excluded from the discussions and wanted to participate in the planning of actions, which is a factor that promotes adherence to the measures proposed by the health authorities.

**Key words:** COVID-19, young adults, risk perception, social perception, social distancing.

I Giovanna Galle (giovanna.galle@outlook.com) é psicóloga e especialista em Saúde Coletiva, atualmente é técnica psicóloga do Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico (NPJ) da Regional Cidade Tiradentes, São Paulo, Brasil.

II Maria Thereza Bonilha Dubugras (maria.thereza@isaude.sp.gov.br) é médica veterinária, mestre e doutora em Ciências, especialista em Divulgação Científica, em Comunicação em saúde e em *Design* instrucional, Pesquisadora Científica II do Instituto de Saúde, São Paulo, Brasil.

III Fabiana Santos Lucena (fabiana.lucena@isaude.sp.gov.br) é enfermeira, mestre em Cuidados em Saúde, Pesquisadora Científica II do Instituto de Saúde, São Paulo, Brasil.

A pesquisa apresentada no presente artigo foi o tema do Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização realizado por Giovanna Galle, sob a orientação de Maria Thereza Bonilha Dubugras.

## Introdução

No final de dezembro de 2019, um surto de uma pneumonia de etiologia desconhecida ocorreu em um mercado de frutos do mar, acometendo 66% dos trabalhadores, em Wuhan, a cidade mais populosa da China central. As autoridades sanitárias locais notificaram a ocorrência para a Organização Mundial da Saúde (OMS) em 31 de dezembro de 2019.<sup>1</sup> Era o início de uma crise sanitária mundial, a pandemia de COVID-19 (*Coronavirus Disease-19*), causada por um vírus respiratório, com alta infectividade, posteriormente nomeado de *Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2* (SARS-CoV-2). Com a disseminação para outros países, em 30 de janeiro de 2020, a OMS decretou que o surto de COVID-19 era uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, o mais alto nível de alerta da OMS, previsto no Regulamento Sanitário Internacional.<sup>2</sup>

A inexistência de imunidade prévia e de imunobiológicos para a prevenção da transmissão da COVID-19 tornou as intervenções não farmacológicas estratégias fundamentais.<sup>3,4</sup> Entre as intervenções não farmacológicas definidas no período, o distanciamento social tinha como objetivo a prevenção da transmissão da doença, por meio de estratégias de redução do contato entre as pessoas, incluindo o cancelamento ou diminuição da frequência de atividades coletivas (e.g., aulas presenciais, festas e cerimônias religiosas), e a recomendação de que pessoas permanecessem em casa (e.g., trabalhem em casa, evitem o uso de transportes públicos).<sup>5</sup>

No Brasil, o primeiro caso de COVID-19 foi confirmado em 25 de abril de 2020, em São Paulo, tendo sido anunciado oficialmente pelo Ministro

da Saúde no dia seguinte.<sup>6</sup> Em resposta a essa emergência, o Ministério da Saúde desenvolveu o “Plano de Contingência Nacional para infecção humana pelo novo coronavírus”, incluindo as medidas não farmacológicas.

Visando o distanciamento social, em 22 de março de 2020, foi publicado o Decreto Estadual nº 64.881, instituindo a medida de quarentena no estado de São Paulo, consistindo de uma série de restrições de atividades, como a suspensão do atendimento presencial ao público em estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, excetuando aqueles que exerciam atividades essenciais (e.g., serviços de saúde, de abastecimento).<sup>7</sup>

As pessoas não seguem recomendações apenas ao saber que têm embasamento científico, elas precisam perceber o valor e o significado para suas vidas.<sup>8</sup> A adoção de medidas sanitárias por parte da sociedade é influenciada por diversos fatores. Estudos sobre epidemias de doenças infecciosas<sup>9,10</sup> e sobre a pandemia de COVID-19 sugerem que os conhecimentos e as atitudes dos indivíduos, bem como a estimativa que fazem sobre o risco do problema (nomeada de percepção de risco) estão entre os fatores que influenciam a motivação para a adesão a comportamentos preventivos.<sup>11-13</sup> Dessa forma, pesquisas que objetivam analisar os conhecimentos, atitudes e percepções de risco da sociedade sobre um problema de saúde podem orientar ações educativas que visem ao diálogo com a comunidade.<sup>14</sup>

O presente estudo exploratório-descritivo, com abordagem qualitativa, teve como objetivo descrever as percepções, significados e atitudes

de jovens de 18 a 29 anos, que moravam, trabalhavam e/ou estudavam na região de Franco da Rocha, em relação à obrigatoriedade e às consequências sociais das medidas de distanciamento social implementadas durante a pandemia de COVID-19. Os objetivos específicos da pesquisa foram analisar o posicionamento dos respondentes em relação à importância do distanciamento social e identificar as percepções dos jovens sobre os efeitos da medida nas suas vidas e na sociedade.

### **Material e métodos**

O município de Franco da Rocha é localizado na região metropolitana de São Paulo (23° 19' 22" de latitude sul, 46° 32' 24" de longitude oeste). A cidade possui uma população total de cerca de 156.492 habitantes, aproximadamente 24,59% desses (cerca de 38.478 indivíduos) são jovens, com idades entre 15 e 29 anos de idade.<sup>15</sup> De acordo com levantamento do Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação SEADE), realizado em 2010, cerca de 57% da população do município está nas faixas média e alta de vulnerabilidade social,<sup>16</sup> com condições de saúde precárias, o que destaca a necessidade de se conhecer melhor essa realidade.

Para investigar as percepções de risco, significados e atitudes de jovens (18 a 29 anos) que moravam, trabalhavam e/ou estudavam na região de Franco da Rocha, em relação à obrigatoriedade e consequências sociais do distanciamento social, foram realizadas entrevistas semiestruturadas. As entrevistas seguiram um roteiro, constituído de dez perguntas orientadoras, relacionadas aos contextos de vida dos entrevistados, aos significados do distanciamento social, às percepções em relação

às consequências dessa medida sanitária e aos próprios comportamentos e de outros jovens.

Ao final da entrevista, foi apresentada, para cada entrevistado, uma notícia publicada no Facebook (texto e imagens) e três comentários de usuários dessa rede social sobre essa postagem. As imagens apresentavam pessoas em eventos e festas, sem máscaras faciais, descumprindo o protocolo de distanciamento social recomendado na época. Foi solicitada a opinião dos entrevistados em relação à essa publicação, cujo texto era o seguinte:

Durante a pandemia, festas clandestinas têm acontecido cada vez mais em Francisco Morato, Franco da Rocha e região, onde muitas pessoas, principalmente jovens, têm se aglomerado em ambientes apertados e ninguém está usando a máscara de proteção. (Postagem do Facebook).

Esses jovens não têm amor próprio e nem tampouco pela família, fico triste com isso, não podemos segurar esses jovens em casa, não temos mais o que fazer. (Comentário 1)

O negócio é cada um cuidar da sua vida, fica aí vivendo com medo de morrer, (sic) que sem graça. (Comentário 2).

Os transportes públicos vivem em aglomeração (sic) e ninguém fala nada (Comentário 3).

A apresentação para os participantes do estudo dessa notícia veiculada no Facebook, sobre festas clandestinas realizadas na região, teve como objetivo identificar a opinião deles sobre a não adesão das práticas de distanciamento social.

O recrutamento dos sujeitos da pesquisa foi realizado através da técnica de *snowball sampling* (“bola de neve”),<sup>17</sup> iniciada pela sugestão de potenciais participantes realizada por informantes-chaves (representantes do conselho de jovens de Franco da Rocha). Sucessivamente, os indivíduos que concordavam em integrar o estudo indicavam outras pessoas que atendiam os critérios de inclusão.

Cada participante foi entrevistado uma vez, entre os dias 1 e 29 de setembro de 2021, sendo utilizada a plataforma on-line *Google Meet*, para a comunicação e a gravação, devido à necessidade do distanciamento social. Posteriormente, as entrevistas foram transcritas e submetidas à Análise de Conteúdo Temática, realizada em três etapas: Organização, Codificação e Categorização.<sup>18</sup>

As respostas de todos os participantes para cada uma das perguntas foram analisadas em conjunto para a identificação dos núcleos de sentido e codificação. Inicialmente, na etapa de Organização, foi realizada a leitura flutuante do material. Na segunda etapa, Codificação, as transcrições foram organizadas de acordo com as unidades de registro (temáticas). Por último, na Categorização, foram definidas as categorias de análise, de acordo com critério semântico (categorias temáticas).<sup>18</sup> Após a organização do *corpus* da pesquisa, por intermédio da Análise de Conteúdo, os resultados foram analisados de acordo com o referencial do construcionismo social, que considera a linguagem como uma prática social que constrói modos de se relacionar e lidar com um fenômeno no cotidiano.<sup>19,20</sup>

O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Saúde (CAAE 48768921.0.0000.5469).

## Resultados

Foram entrevistados cinco jovens, quatro mulheres e um homem, com idades entre 18 a 24 anos, identificados com os seguintes nomes fictícios: Helena e Cecília (as primeiras a se aceitar participar da pesquisa), Milton, Érika e Rita.

A primeira entrevistada foi a Helena, estudante de Ciências Contábeis, que trabalhava na área de contabilidade em regime de *home office*. Foi diagnosticada com COVID-19 em meados de abril de 2021, após uma festa familiar de Páscoa. Todos os familiares participantes da reunião ficaram doentes, nenhum deles apresentou a forma grave da enfermidade. Após se recuperar, Helena começou a notar uma dificuldade em lembrar-se de situações do seu passado e entendeu se tratar de uma sequela da doença, por isso continuava a buscar atendimento médico.

O segundo entrevistado foi Milton, 21 anos, autônomo do ramo da construção civil. Desde o início da pandemia, ele não conseguiu mais trabalhar, pois sua ocupação exigia que ele saísse de casa. Relatou que nos meses iniciais conviveu com uma intensa preocupação relacionada à sua situação financeira, aos endividamentos, ao mesmo tempo em que a possibilidade de transmitir a doença para os seus familiares os afligia.

Cecília, 22 anos, foi a terceira entrevistada. Em 2020, terminou a graduação em Ciências Contábeis, sendo que os dois últimos semestres foram feitos na modalidade on-line. Na época do presente estudo, morava em Caieiras e trabalhava em uma empresa de contabilidade localizada em Franco da Rocha, em regime de *home office*. Franco da Rocha e Caieiras são municípios vizinhos. Até

a época da entrevista, Cecília e as pessoas com quem morava não tinham contraído a COVID-19.

A quarta entrevista foi com Érika, participante do Conselho Municipal da Juventude (CMJ). No período analisado, era estudante de Direito e desejava fazer um estágio na área, porém com as restrições relacionadas à pandemia teve que realizar trabalhos temporários e sem registro na carteira trabalhista para manter-se financeiramente (trabalho informal). Érika relatou que, junto com amigos, fazia ações assistenciais para ajudar famílias e jovens em situação de vulnerabilidade, que moram nas zonas rurais e nas periferias de Franco da Rocha, bem como estabeleceu diálogos com a prefeitura e a rede de transportes municipal para mudar a decisão oficial de diminuir a frota de ônibus como uma medida para compelir a população a ficar em casa. Até o momento da entrevista, Érika e os indivíduos com quem morava não tinham contraído a COVID-19.

A participante Rita também foi membro do CMJ, tinha 19 anos, fazia faculdade e tinha acabado de conquistar um trabalho, que era presencial, em outro município próximo a cidade de Franco da Rocha. Em relação ao período em análise, ela citou dificuldades em conquistar um emprego, por isso, na época em que não estava trabalhando, sentiu-se privilegiada por continuar estudando, graças à família que a ajudou a financiar seu curso preparatório do vestibular. Rita mora junto com sua avó. Um familiar havia falecido após contrair a COVID-19, em vista disso, tinha grande preocupação com a possibilidade de se infectar e transmitir o vírus para familiares.

Cada um dos entrevistados produziu narrativas diversas sobre suas experiências e

percepções, cada qual lidando com a complexidade e as incertezas do cotidiano no cenário pandêmico. Apesar das particularidades entre si, todos os participantes concordaram quanto à importância das práticas de distanciamento social para a contenção e mitigação da pandemia de COVID-19.

Através da Análise de Conteúdo, foram definidas as seguintes categorias e subcategorias: (1) categoria “Práticas de distanciamento social”, subcategorias: “Saúde” e “Trabalho e renda”; (2) categoria: “Não adesão às práticas de distanciamento social”, subcategorias: “Percepção de risco” e “Desigualdades sociais”; (3) categoria: “Sugestões para o enfrentamento da pandemia”, subcategorias: “Fiscalização”, “Políticas equitativas” e “Participação popular”.

#### **“Práticas de distanciamento social”**

A categoria “Práticas de distanciamento social” reuniu pensamentos e sentidos atribuídos pelos jovens quanto às práticas de distanciamento social. Os jovens relataram temer serem infectados e transmitirem o vírus para os seus familiares e amigos, por isso buscavam informações por meio de fontes científicas e igualmente consultavam as publicações de produtores de conteúdo da Internet. Três entrevistadas (Helena, Érika e Rita) produziram enunciados que continham repertórios linguísticos de posicionamento claramente a favor das práticas de distanciamento, enquanto os outros jovens (Cecília e Milton) expressaram-se de forma crítica quanto à construção dessas medidas preventivas, não se colocando totalmente a favor, evidenciando contrapontos. Considerando esses resultados, a partir da categoria “Práticas

de distanciamento social”, foram criadas duas subcategorias, contemplando os argumentos, justificativas e percepções narradas pelos participantes: “Saúde” e “Trabalho e renda”, respectivamente, o aspecto que sustentava a adoção da medida e os aspectos que embasavam as críticas negativas.

Todos os entrevistados citaram estar preocupados com as consequências financeiras, educacionais e psicológicas para si e para os outros jovens. Apenas duas participantes tinham empregos regulares, trabalhando em regime de *home office* (Helena e Cecília), os outros três jovens tiveram que elaborar estratégias para conseguir renda e não ficar em situação de vulnerabilidade e endividamento. Esses desassossegos se tornaram ainda mais evidentes quando as perguntas da entrevista se relacionavam com o cotidiano e se eles conseguiram ficar em suas residências durante o primeiro ano de pandemia. “Tédio”, “estresse” e “enlouquecimento” foram expressões usadas com frequência por quatro integrantes ao descreverem a experiência de não poder sair de casa:

Érika: Então, eu acho muito importante [o distanciamento social], porque eu acho que é uma medida mais efetiva para controlar, assim, não gerasse uma superlotação dos hospitais, eu acho completamente importante, porque assim, eu acredito que todo mundo pegou, acabou pegando de uma forma ou outra, até também porque também não teve tanto respeito, mas eu acho que o distanciamento social, os cuidados, ficar em casa é uma medida muito importante, eu acredito muito que o fato de ficar em casa, desacelerava um pouco o problema. (Subcategoria “Saúde”). (sic)

Cecília: (...) tem dois pontos, fechar coisas de lazer eu acho certo, por exemplo, balada, festa, bar, o parque mesmo eu acho que é um local onde as pessoas se reúnem, mas que não é uma atividade essencial. Agora fechar o comércio, é assim (...) tem muitos pequenos empreendedores que estão na mesma situação que os empregados, então assim, aquilo lá é a renda dele, se ele não sair para trabalhar, ele não tem o que comer (...) Então nesse ponto eu acho que é uma coisa ruim, porque as pessoas precisam trabalhar, mas na questão de lazer acho super correto. (Subcategoria “Trabalho e renda”). (sic)

#### **“Não adesão às práticas de distanciamento social”**

A categoria “Não adesão às práticas de distanciamento social” corresponde às concepções sobre casos em que as regras de distanciamento social não eram respeitadas. Todos os jovens narraram ter conhecimento da realização de festas ou outros eventos com aglomeração de pessoas, todos se manifestaram contrários a essas situações.

Três participantes argumentaram que os jovens tendem a subestimar os riscos de se infectar e de transmitir o vírus para outras pessoas, bem como, com frequência, apresentam comportamentos de oposição às regras e às normas. A partir dessas percepções, foi construída a subcategoria “Percepção de risco”.

Cecília: Eu acho que são os jovens mesmo que não têm essa preocupação de estar infectado, ou mesmo de se contaminar (...) é, de certa forma, uma imaturidade, inconsequência, é porque ali estão todos

sem máscara, sem nenhum distanciamento, em uma aglomeração. (...) É um ponto meio difícil de explicar, mas eu acho que tem muito a ver com o jovem não querer seguir as regras, sabe? De “eu sou contra isso” (...).

Além da rebeldia, todos citaram como obstáculos para o cumprimento das medidas sanitárias as desigualdades sociais, situações de pobreza, desemprego, conflitos familiares, diferenças nas oportunidades de lazer e moradias precárias. A partir dessas falas, foi definida a subcategoria “Desigualdades sociais”.

(...) porque tem uma área de Franco que as pessoas não tinham como ter os devidos cuidados, porque elas não tinham como assim (sic) ter acesso a produtos de higiene direito, ter a opção de escolher ficar em casa, sabe? Tinham que trabalhar porque era o único jeito, então assim, teve sim pessoas que não puderam fazer essa escolha, teve pessoas que não conseguiram se cuidar direito, devidamente como manda o protocolo, por conta dessas dificuldades.

### **“Sugestões para o enfrentamento da pandemia”**

A categoria “Sugestões para o enfrentamento da pandemia” foi produzida a partir dos pensamentos e possibilidades de ações sugeridas pelos jovens para mitigar os impactos causados pelo contexto pandêmico. Todos os entrevistados mencionaram a necessidade de uma fiscalização mais rigorosa em casos de ocorrências de festas e eventos, assim como nos estabelecimentos para garantir o cumprimento adequado das normas

de higienização, o uso obrigatório de máscara e distanciamento social. Esses argumentos foram reunidos na subcategoria “Fiscalização”:

Cecília: No momento eu acho que é mais fiscalizar as pessoas que estão sem máscara, tem muita gente sem máscara que anda na rua (...) não sei como está sendo feita a fiscalização da vigilância sanitária, mas fiscalizar mesmo, principalmente os bares, restaurantes, que as pessoas ficam muito próximo sem máscara, eu acho que seria esse então, essa fiscalização de onde as pessoas estão sem máscaras e como elas estão se comportando.

Duas entrevistadas sugeriram um maior investimento em educação de qualidade, garantindo acesso à Internet para os jovens sem condições de estudarem de suas residências e proporcionando um entendimento mais crítico das informações sobre a COVID-19. Além disso, todos mencionaram a criação de políticas para o fornecimento de renda básica, de cestas de alimentos e de produtos de higiene para famílias em vulnerabilidade socioeconômica como uma forma de diminuir os efeitos causados pelo desemprego, considerados pelos participantes como consequências negativas do distanciamento social. A partir dessas falas foi construída a subcategoria “Políticas equitativas”.

Entrevistador: E assim, pensando no contexto aí de Franco da Rocha, você acha que todos os jovens tiveram a possibilidade de ficar em casa? Conseguiram ficar em casa?

Érika: Não, alguns não tiveram oportunidade, a gente tem uma área de Franco da Rocha que ela é mais rural, uma área que chega a ser mais humilde, e assim, eu tenho uma amiga que é dona de uma ONG, e assim, conhecendo outras pessoas também que fizeram movimentos para fazer doações, para levantar doações, porque tem uma área de Franco que as pessoas não tinham como ter os devidos cuidados, porque elas não tinham como assim ter acesso a produtos de higiene direito, ter a opção de escolher ficar em casa, sabe? Tinham que trabalhar porque era o único jeito, então assim, teve sim pessoas que não puderam fazer essa escolha, teve pessoas que não conseguiram se cuidar direito, devidamente, como manda o protocolo, por conta dessas dificuldades. Eu acompanhei, um pouco por cima, o trabalho dessa minha amiga, ela faz ainda arrecadações, arrecadação tanto em dinheiro quanto de cestas básicas, produtos de higiene, todos os produtos para levar para essas pessoas. (sic)

A subcategoria “Participação popular” foi construída a partir das falas dos entrevistados que mencionaram os posicionamentos divergentes das autoridades municipais, estaduais e federais. Para esses entrevistados, os discursos diferentes de cada esfera do governo podem acarretar uma confusão na percepção da população, como também denunciam a falta de comunicação dos políticos e dos gestores com os vários representantes da sociedade civil para poderem tomar decisões mais eficientes e factíveis, que levassem em consideração as particularidades e as necessidades das pessoas. A entrevistada Érika narrou uma política

feita durante a pandemia na rede de transportes públicos municipais, que exemplificou a importância da participação popular, na seguinte fala:

Os transportes públicos estarem lotados é uma falta de governo, é um problema com o governo que deveria disponibilizar mais transportes ao invés de menos, na época das eleições recentemente, daqui de Franco da Rocha, eu tive uma conversa com o prefeito que estava se candidatando, um dos prefeitos que estava se candidatando, e ele falou que a companhia de ônibus daqui da região, durante a pandemia, diminuiu a frota, diminuiu a quantidade de ônibus para fazer com que as pessoas ficassem em casa, o que gerou essa aglomeração nos transportes públicos. (sic)

## **Discussão**

Os jovens demonstraram disponibilidade em conversar com a entrevistadora (primeira autora deste trabalho), contando suas histórias, atitudes e angústias durante os períodos da pandemia. A entrevista semiestruturada com perguntas abertas ofereceu a oportunidade de os entrevistados falarem livremente sobre o que pensam e entendem em relação ao distanciamento social.

### ***Categoria “Práticas de distanciamento social”, subcategoria “Saúde”***

Observou-se que, nas falas dos entrevistados que se posicionaram claramente a favor das práticas de distanciamento social, foram utilizados argumentos relacionados à prevenção da transmissão da COVID-19, sugerindo que o distanciamento social foi percebido como uma medida necessária



para a redução da disseminação da doença. Bezerira et al.<sup>21</sup> identificou justificativa semelhante nas respostas de mais da metade de 16.440 respondentes que manifestaram-se a favor das práticas de distanciamento social.

Todos os participantes da presente pesquisa relataram temer transmitir o vírus para pessoas próximas, relatando que o fato de morarem junto com seus familiares aumentou esse sentimento. Os jovens que participaram da pesquisa de Dyregrov et al.<sup>22</sup> demonstraram apreensão semelhante, sendo que 90% dos respondentes apontaram que sua principal preocupação era de um familiar adoecer por COVID-19.

***Categoria “Práticas de distanciamento social”, subcategoria “Trabalho e renda”***

Apesar da preocupação em transmitir o vírus aos familiares e pessoas próximas, alguns jovens, como Cecília e Milton, apresentaram argumentos não totalmente a favor das políticas de distanciamento social. As narrativas deles levaram em conta o fator nomeado como “trabalho e renda” para justificar seus contrapontos, que denunciaram a complexidade do fechamento dos estabelecimentos para os trabalhadores e autônomos.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2020,<sup>23</sup> a taxa de desemprego para a faixa etária de 18 a 24 anos alcançou o valor de 24%, correspondendo o dobro do que foi observado para a população adulta. Nesse ínterim, houve também um aumento da ocupação em trabalhos informais, atingindo o número de 40%. O levantamento realizado pelo Conselho Nacional da Juventude<sup>24</sup> produziu informações semelhantes, pois, desde 2020, foi identificada uma

tendência de aumento no número de jovens que não estão trabalhando, sendo que três a cada dez dos entrevistados relataram estar nessa situação por causa da pandemia.

Outro ponto relevante se refere ao aumento de trabalhos informais. Segundo os dados do Conselho Nacional da Juventude,<sup>24</sup> 44% dos jovens que estão fora do mercado de trabalho realizaram ocupações remuneradas, das quais, em grande parte, informais e/ou trabalhos intermitentes. Essas informações são preocupantes, pois, na busca por uma fonte de renda, os jovens podem ter tido que desrespeitar as regras da quarentena, expondo a si próprio e seus contatos ao risco de contrair a doença, bem como tendo que se submeter a condições precárias de trabalho.<sup>25</sup>

Os entrevistados Milton, Érika e Rita afirmaram que as práticas de distanciamento social eram necessárias para o controle da disseminação da COVID-19, porém, como enfrentaram o desemprego durante a pandemia, realizaram trabalhos informais que os obrigavam a sair de casa. Essa contradição pode ser explicada pelos impactos negativos do distanciamento social no mercado de trabalho, sendo que o país já enfrentava uma crise socioeconômica antes do início da pandemia, reforçando a necessidade da construção de ações públicas de garantia de renda básica para a população durante emergências, a fim de promover condições para a adesão a medidas sanitárias como o distanciamento social.<sup>21</sup>

### ***Categoria “Não adesão das práticas de distanciamento social”, subcategoria “Percepção de risco”***

Ao analisar a notícia publicada no Facebook sobre a existência de festas clandestinas, com a presença principalmente de jovens, e o risco da transmissão da COVID-19, três entrevistados (Milton, Cecília e Érika) afirmaram que era um comportamento associado à “imaturidade” e à atitude recorrente da juventude de “não seguir regras” e de “não pensar nas consequências”. Foi notável a forma como esses entrevistados falaram sobre o próprio grupo etário a qual pertencem, narrando pensamentos semelhantes sobre “ser jovem” e como isso, na concepção deles, acaba por acarretar comportamentos contrários a regras e pouco reflexivos sobre as consequências. Contudo, em um levantamento do Conselho Nacional da Juventude,<sup>24</sup> sete a cada dez jovens respondentes disseram que não frequentaram festas durante a quarentena. Essas declarações contrariam a ideia de que os jovens não estariam preocupados ou não perceberiam os riscos da transmissão da COVID-19 em ambientes com aglomeração de pessoas, porém são necessários mais estudos que avaliem se as declarações refletem o comportamento real.

A representação da juventude, presente nos discursos das mídias e dos próprios jovens entrevistados, é a de pessoas que não medem as consequências diante de situações de risco ou de incerteza, ou seja, são impulsivas, independentemente dos recortes socioculturais e das condições em que esses sujeitos vivem. Ao atribuir a realização de eventos e de festas com aglomerações à população juvenil e associar esse comportamento a características consideradas pertencentes a

uma fase da vida, tem-se uma visão determinista e linear de um fenômeno. Fatores como condições socioeconômicas, aspectos culturais, raça/cor e as subjetividades não são considerados, limitando a avaliação dos diversos contextos. Essa perspectiva pode levar a considerações estigmatizantes e punitivas, não promovendo o diálogo entre todos os atores, como propõem os princípios da Comunicação de risco.<sup>14,26,27</sup>

Nas falas de Helena, foi identificado que a entrevistada realizava sua própria avaliação do risco de contrair a COVID-19 em situações em que não são seguidas todas as recomendações do distanciamento social:

**Entrevistadora:** (...) eu queria que você me contasse o que você pensa do que está sendo dito na reportagem [publicada no Facebook sobre a existência de festas clandestinas, com a presença principalmente de jovens].

**Helena:** Eu acho que realmente é isso que está acontecendo, muita gente se reunindo sem máscara, muita gente, assim (...) o problema não é você se reunir sem máscara com os amigos, o problema é o local onde você está se reunindo, porque uma coisa é você chamar um amigo seu que você tem contato, sei lá, praticamente toda semana (...) a gente sabe que tem os casos assintomáticos (...) [uma coisa é convidar quem] não está tendo sintoma algum dessas coisas, e chamar, sei lá, para a sua casa, ou então para uma reunião na sua casa mesmo ou na casa de alguém com poucas pessoas, mas o problema é que as pessoas acabam se reunindo em grande quantidade, por exemplo, em adegas, como eu tenho visto aqui todo final de semana, pessoas fecham a rua de tanta gente que

tem no local, um barzinho que está não tem nem, sei lá, 5 m<sup>2</sup> e acaba (...). (sic)

Ao avaliar o risco, Helena considera fatores como o tipo de local (aberto ou fechado), a quantidade de pessoas presentes e quem elas são. Mesmo relatando saber da existência de casos assintomáticos, ela considera que o risco de realizar reuniões com grupos reduzidos de pessoas de seu convívio social, em ambientes familiares, é menor do que o contato com estranhos em ambientes públicos. As concepções de Helena sobre os fatores associados ao risco, assemelham-se às identificadas no estudo do Conselho Nacional da Juventude.<sup>24</sup> Segundo esse estudo, “os jovens mudam a forma de usar ou não essa proteção [máscaras] de acordo com os locais e as pessoas com quem estão” (p.27),<sup>24</sup> quanto maior o número de indivíduos presentes a um evento e maior o número de pessoas desconhecidas, maior a frequência do uso de máscaras faciais e vice-versa. Essa estimativa sobre o risco elaborada pelos indivíduos (a chamada percepção de risco) deve ser conhecida e considerada pelos gestores, para que se intensifiquem as ações de conscientização sobre a necessidade de se evitar esses encontros, ou mesmo, para se definirem medidas para minimizar o risco, se o comportamento não pode ser evitado.

***Categoria “Não adesão às práticas de distanciamento social”, subcategoria “Desigualdades sociais”***

Na concepção de três entrevistados (Milton, Cecília e Érika), a adesão ao distanciamento social está associada às condições socioeconômicas da

população, sendo que as diferenças na adesão existentes entre os grupos sociais podem ser explicadas pelas desigualdades sociais. Bezerra et al.<sup>21</sup> discutem a associação entre as condições de moradia e a adesão ao distanciamento social. Os autores sugerem que a percepção que os indivíduos têm sobre as condições de suas moradias interfere em esferas psicológicas (como, por exemplo, nível de estresse) e no tempo que estão dispostas a ficar em suas casas cumprindo o distanciamento social. Entre os participantes do estudo de Bezerra et al.<sup>21</sup> que descreveram a qualidade de suas residências como péssima, 52,4% relataram terem vivenciado, no período da pandemia de COVID-19, um nível alto de estresse, enquanto 36,2% afirmaram ter apresentado um nível baixo e 11,4%, nenhum. Por outro lado, entre os participantes que classificaram a qualidade de suas residências como ótima, 13% sentiram alto estresse; 52,9%, baixo e 34%, nenhum. Esses resultados sugerem a associação entre os determinantes sociais da saúde e a adesão ao distanciamento social, como foi identificado nas falas dos entrevistados do presente estudo.

De acordo com o 3º Artigo da Lei 8080/1990,<sup>28</sup> a definição de saúde envolve dimensões biopsicossociais, de forma que a garantia do direito à saúde dos indivíduos depende de diversos fatores, incluindo as condições de moradia, lazer, saúde mental, transporte, trabalho, educação e acesso e qualidade da alimentação. Como enuncia Santos, “(...) a possibilidade de ser mais, ou menos, cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde está” (p. 107).<sup>29</sup> O autor faz essa afirmação, pois compreende as desigualdades existentes entre os territórios e o quanto

elas influenciam nas possibilidades de as pessoas acessarem aspectos básicos e fundamentais para terem uma vida digna e saudável, dentro dos termos da Saúde Coletiva. Dessa forma, a habitação, o saneamento básico, o acesso à informação, as condições de trabalho, a renda, alimentação, educação e o lazer são esferas que devem ser consideradas, dentro de suas singularidades, nos distritos de Franco da Rocha, para a construção de ações de saúde e na compreensão do impacto da pandemia tanto na vida dos jovens como de outros grupos sociais que compõem a cidade.

***Categoria “Sugestões para o enfrentamento da pandemia”, subcategoria “Fiscalização”***

Todos os participantes, ao longo das entrevistas, expressaram ideias sobre estratégias para o combate da pandemia e para a redução de seus efeitos negativos no município. Foram selecionadas três principais subcategorias de acordo com as sugestões levantadas pelos jovens: Fiscalização, Políticas públicas e Participação social. Trata-se de uma temática importante para construir apontamentos para Franco da Rocha e propor caminhos possíveis, assim como projetos mais democráticos e dialogados.

Todos os jovens citaram a necessidade de a cidade averiguar com rigor se os protocolos de distanciamento social estão sendo devidamente cumpridos. Segundo eles, não é necessário que os estabelecimentos sejam fechados novamente para a entrada do público ou que a realização de eventos seja proibida, e sim que haja a fiscalização do funcionamento, sendo verificado se as pessoas estão fazendo o uso obrigatório de máscaras faciais, a higienização periódica das mãos e se os

responsáveis têm limitado o número de pessoas para não ocorrerem aglomerações.

A participante Helena propôs que o município distribuisse máscaras de proteção em alguns pontos da cidade para incentivar o uso e conscientizar a sociedade sobre a importância da utilização desse equipamento de proteção, principalmente em locais com aglomeração – como os transportes públicos. Igualmente, a entrevistada Rita sugeriu que a prefeitura construísse locais onde houvesse pias com água e sabão e distribuisse álcool em gel para a higienização das mãos. Ademais, o participante Milton sugeriu que a cidade tenha um maior investimento na testagem da população, relatando que alguns amigos dele, sem sintomas de COVID-19, descobriram que estavam infectados porque as empresas em que trabalham exigiram a realização do teste. A percepção de Milton vai ao encontro dos princípios da vigilância epidemiológica e dos resultados de diversos estudos, por exemplo, da pesquisa realizada por Li et al.<sup>30</sup> que enfatizaram a importância da realização da testagem da população para o controle da pandemia.

***Categoria “Sugestões para o enfrentamento da pandemia”, subcategoria “Políticas equitativas”***

Foi identificada uma preocupação dos entrevistados com as condições financeiras e habitacionais da população do município, incluindo o acesso a recursos básicos (alimentação, água, luz, saneamento básico e Internet). Além disso, eles abordaram assuntos como o desemprego, a evasão escolar e efeitos psicológicos tanto nas suas vidas como na de seus colegas, relacionando essas consequências à pandemia. Os resultados da pesquisa do Conselho Nacional da Juventude

corroboram esses enunciados, pois foi identificado que 36% dos 68.114 participantes não estão estudando, sendo que a maioria afirmou que parou de estudar durante a pandemia, por problemas financeiros. Adicionalmente, o estudo constatou que os jovens estão preocupados com sua saúde mental, pois eles enfatizaram a tendência a vivenciarem sentimentos negativos, como ansiedade, insônia e exaustão ao longo de mais de um ano neste cenário emergencial.

Bezerra et al.<sup>21</sup> obtiveram resultados semelhantes aos do Conselho Nacional da Juventude em relação à saúde mental dos jovens durante a pandemia, visto que 73% dos participantes do estudo relataram algum tipo de estresse, apontando esse sentimento como uma das principais consequências negativas do distanciamento social. Dessa maneira, os autores sugeriram a construção de ações de comunicação direcionadas aos efeitos emocionais relacionados a essa medida.

Os entrevistados sugeriram a implementação de políticas públicas voltadas para a segurança alimentar que garantam o acesso à alimentação, através de projetos de distribuição de cestas básicas, assim como para a promoção do acesso a condições básicas em regiões mais vulneráveis, como saneamento, e aos materiais necessários para a realização das intervenções não farmacológicas. Adicionalmente, os participantes do estudo destacaram a necessidade da criação de políticas de transferência de renda para pequenos empreendedores e para as pessoas em situação de desemprego ou de vulnerabilidade socioeconômica. Essas propostas destacam a importância do aprimoramento das políticas públicas direcionadas para a redução das desigualdades sociais, nos

âmbitos da educação, habitação, condições de trabalho, alimentação e seguridade social, sendo consideradas as singularidades territoriais e as necessidades da população, como preconizado por Victora et al.<sup>31</sup>

### ***Categoria “Sugestões para o enfrentamento da pandemia”, subcategoria “Participação Popular”***

Érika descreveu em sua entrevista que uma estratégia adotada pelo município, cujo objetivo era estimular a permanência das pessoas em suas casas durante a pandemia, acabou gerando problemas que poderiam até levar ao aumento do risco da transmissão da COVID-19 para os municípios, demonstrando a necessidade de haver participação de representantes da sociedade civil na elaboração e na implementação de medidas municipais, como destaca Bertuol,<sup>32</sup> o processo de construção de políticas públicas não deve levar em conta apenas as orientações de estatutos, pois os saberes e sentidos produzidos pelas pessoas com/no território são fundamentais para a criação de ações públicas dialogadas e emancipadoras.

Outro ponto relevante sobre a participação social na construção das políticas públicas de controle e prevenção da COVID-19 foi levantado pelo participante Milton. Segundo ele, as discussões a respeito dos fechamentos temporários dos estabelecimentos poderiam ter tido a participação de representantes dos pequenos empreendedores e dos autônomos para que a medida fosse definida de forma a garantir o distanciamento social e igualmente o trabalho e a renda das famílias. A elaboração de planos de ação durante crises é aprimorada com a participação de representantes da sociedade, como sugere Milton, porém não deve

ser buscada apenas a percepção de pequenas empresas e de autônomos, visto que os problemas econômicos podem afetar empresas de diferentes portes, de diversos setores.

De acordo com a entrevistada Érika, uma estratégia interessante para os serviços oficiais aprimorarem seu canal de comunicação com os diversos grupos de jovens é o trabalho em conjunto com o Conselho Municipal da Juventude. A função desta comissão juvenil está intimamente relacionada à participação social, já que “(...) tem caráter consultivo e propositivo, vinculado à Secretaria de Governo, tem a finalidade de formular e propor diretrizes para a implementação de políticas públicas municipais voltadas à juventude” (p.2).<sup>33</sup> O diálogo entre gestores, profissionais da saúde e representantes dos diversos grupos sociais possibilita a identificação das necessidades dos habitantes, o desenvolvimento de ações democráticas e o estabelecimento de relações mais justas entre as equipes de saúde e a população do território, diante do cenário e as consequências da pandemia.<sup>34</sup>

Os resultados da presente pesquisa sugerem que os jovens desejam participar dos debates políticos realizados pelos gestores públicos para a definição das medidas de controle da COVID-19. Esse interesse dos jovens nas discussões é um fator favorável para o combate da doença, pois, segundo o estudo de Bonell et al.,<sup>35</sup> a participação da comunidade na definição das ações e nas avaliações subsequentes promove a adesão às medidas de controle.

## **Limites do estudo**

O presente estudo é uma exploração inicial dos conhecimentos, atitudes e percepções dos jovens de Franco da Rocha. O recrutamento dos sujeitos da pesquisa realizado através da técnica de *snowball sampling* pode ter selecionado, de modo involuntário, indivíduos com contextos semelhantes, reduzindo a diversidade de experiências. As pesquisas qualitativas objetivam uma análise aprofundada, dessa forma não utilizam amostras representativas do grupo populacional estudado. Futuras pesquisas qualitativas são necessárias para se conhecer outras vivências, assim como estudos quantitativos que estudem amostras que representem os diversos perfis de jovens.

## **Considerações finais**

Visto que os participantes da pesquisa relataram que acessavam os meios de comunicação oficiais da prefeitura de Franco da Rocha para se informar sobre a pandemia de COVID-19, divulgar informações para a juventude, através desses canais, pode ser uma estratégia interessante, por exemplo, para reforçar recomendações sanitárias já discutidas em ações educativas. É importante que sejam pesquisados outros canais de comunicação e meios para a realização de ações educativas que atinjam jovens que não têm o hábito de acessar os canais oficiais.

Foi observado que os jovens querem participar da criação de políticas públicas. A construção de uma rede de comunicação entre os gestores, os profissionais de saúde e os jovens, através do Conselho Municipal da Juventude, pode enriquecer as ações de prevenção de doenças infecciosas e

de promoção da saúde, assim como as atividades de conscientização da sociedade.

Por fim, deve-se ressaltar que o debate sobre o distanciamento social é complexo, pois se trata de uma medida fundamental para o controle da COVID-19, que pode acarretar consequências graves para a população em situação de vulnerabilidade social, se não for implementada em conjunto com ações que combatam as desigualdades sociais. A discussão sobre o impacto do distanciamento social para os jovens igualmente não pode ser simplista, visto que se trata de uma população diversa, que quer ser escutada em suas singularidades e ter seus contextos de vida e os recortes de raça/cor, gênero e classe social considerados.

## Agradecimentos

As autoras agradecem à Secretaria Municipal de Saúde de Franco da Rocha, ao Conselho Municipal da Juventude e aos jovens entrevistados pelo apoio, fundamental, para a realização desta pesquisa.

## Declaração de conflito de interesses

As autoras declaram não haver conflitos de interesse, em relação ao presente estudo.

## Referências

1. Wu YC, Chen CS, Chan YJ. The outbreak of COVID-19: An overview. *J Chin Med Assoc* [Internet]. 2020 [acesso em 21 mar 2021];83(3):217-220. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7153464/>.
2. WHO - World Health Organization. Statement on the second meeting of the International Health Regulations (2005) Emergency Committee regarding the outbreak of novel coronavirus (2019-nCoV) [Internet]. 2020 [acesso em 20 maio 2021]. Geneva, Switzerland. Disponível em: [https://www.who.int/news/item/30-01-2020-statement-on-the-second-meeting-of-the-international-health-regulations-\(2005\)-emergency-committee-regarding-the-outbreak-of-novel-coronavirus-\(2019-ncov\)](https://www.who.int/news/item/30-01-2020-statement-on-the-second-meeting-of-the-international-health-regulations-(2005)-emergency-committee-regarding-the-outbreak-of-novel-coronavirus-(2019-ncov)).
3. Cowling BJ, Aiello AE. Public health measures to slow community spread of coronavirus disease 2019. *J Infect Dis*. 2020; 221:1749-51.
4. Anderson RM, Heesterbeek H, Klinkenberg D, Hollingsworth TD. How will country-based mitigation measures influence the course of the COVID-19 epidemic? *Lancet*. 2020; 395:931-4.
5. WHO - World Health Organization. Overview of public health and social measures in the context of COVID-19. Interim guidance [Internet]. 18 May 2020. WHO reference number: WHO/2019-nCoV/PHSM\_Overview/2020.1. WHO: Geneva; 2020 [acesso em 21 mar 2021]. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/overview-of-public-health-and-social-measures-in-the-context-of-covid-19>.
6. Burki T. COVID-19 in Latin America. *The Lancet Infectious Diseases*. 2020; 20: 547-548.
7. São Paulo (Estado). Decreto nº 64.881, de 22 de marco de 2020. Decreta quarentena no Estado de São Paulo, no contexto da pandemia do COVID-19 (Novo Coronavírus), e dá providências complementares. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 23 mar 2020. Seção:1. [acesso em 21 mar 2021]. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2020/decreto-64881-22.03.2020.html>.
8. Pilon AF. Desarrollo de la educación em salud: una actualización de conceptos. *Revista Saude Publica*. 1986; 20 (5); 391-396.
9. Aburto NJ, Pevzner E, Lopez-Ridaura R, Rojas R, Lopez-Gatell H, Lazcano E, Hernandez-Avila M, Harrington TA. Knowledge and adoption of community mitigation efforts in Mexico during the 2009 H1N1 pandemic. *Am J Prev Med*. 2010;39(5):395–402.

10. Brug J, Aro AR, Oenema A, De Zwart O, Richardus JH, Bishop GD. SARS risk perception, knowledge, precautions, and information sources, the Netherlands. *Emerg Infect Dis.* 2004;10(8):1486.
11. Slovic P. Perception of Risk. *Science* [Internet]. 1987 [acesso em 21 mar 2021]; 236(4799): 280-285. Disponível em: <https://www.science.org/doi/abs/10.1126/science.3563507>.
12. Anderson RM, Heesterbeek H, Klinkenberg D, Hollingsworth TD. How will country-based mitigation measures influence the course of the COVID-19 epidemic? *Lancet.* 2020;395(10228):931-4.
13. Zwart O, Veldhuijzen IK, Richardus JH, Brug J. Monitoring of risk perceptions and correlates of precautionary behaviour related to human avian influenza during 2006-2007 in the Netherlands: results of seven consecutive surveys. *BMC Infect Dis.* 2010;10(1):114.
14. Massarani L, Mendes IM, Fagundes V, Polino C, Castelfranchi Y, Maakaroun B. Confiança, atitudes, informação: um estudo sobre a percepção da pandemia de COVID-19 em 12 cidades brasileiras. *Cienc Saude Colet* [Internet]. 2021 [acesso em 12 out 2021], 26(8): 3265-3276. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021268.05572021>.
15. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Franco da Rocha. Brasília; 2020. [acesso 22 jul 2021]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/franco-da-rocha/panorama>.
16. SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Portal GEOSEADE. Mapa de Índice de Vulnerabilidade Social da região de Franco da Rocha [Internet]. 2010 [acesso 27 out 2021]. Disponível em: [https://portalgeo.seade.gov.br/i3geo/interface/osm.htm?customize\\_changeset\\_uid=3fdb875a4a854403ae3e933579b90f0e&customize\\_messenger\\_channel=preview-0](https://portalgeo.seade.gov.br/i3geo/interface/osm.htm?customize_changeset_uid=3fdb875a4a854403ae3e933579b90f0e&customize_messenger_channel=preview-0)
17. Biernacki P, Waldorf D. Snowball Sampling: Problems and techniques of Chain Referral Sampling. *Sociological Methods & Research.* 1981 Nov; 2:141-163.
18. Bardin L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70; 2011.
19. Rasera EF, Japur M. Contribuições do pensamento construcionista para o estudo da prática grupal. *Psicol. Reflex. Crit* [Internet]. 2001 [acesso em 22 jul 2021];14 (1):201-209. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/YdBDrgjw4QY6sGhhrCJr9Tz/abstract/?lang=pt> .
20. Spink MJ, Medrado B. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: Spink MJ, organizador. *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas.* Rio de Janeiro: Centro Edelstein; 2013. p.1-20.
21. Bezerra ACV. Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de COVID-19. *Cienc Saúde Colet.* 2020; 25(1):2411-2421.
22. Dyregrov A, Fjærestad A, Gjestad R, Thimm J. Young people's risk perception and experience in connection with COVID-19. *Journal of Loss and Trauma.* 2021; 26(7):597-610.
23. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. COVID-19 [Internet]. 2020 [acesso em 31 ago 2021]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101763.pdf>.
24. Conselho Nacional da Juventude. Juventudes e a Pandemia do Coronavírus [Internet]. Atlas da Juventude. 2021 [acesso em 01 out 2021]. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/juventudes-e-a-pandemia-do-coronavirus/>.
25. Sobrinho A, Abramo HW. A pandemia do coronavírus e os impactos na condição juvenil contemporânea: subsídios para o debate. Sala de Situação COVID-19 [Internet]. 2021 [acesso em 10 ago 2021]. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/>



- pandemia-do-coronavirus-e-os-impactos-na-condicao-juvenil-contemporanea.
26. Slovic P. Perception of risk. *Science*. 1987; 236:280-285.
27. Covello VT, Allen FW. Seven cardinal rules of risk communication. Washington (DF); Environmental Protection Agency, Office of Policy Analysis; 1988.
28. Brasil. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 20 set 1990; Seção 1: 18055.
29. Santos M. *O Espaço do Cidadão*. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 2012.
30. Li Q, Guan X, Wu P, Wang X, Zhou L, Tong Y et al. Early Transmission Dynamics in Wuhan, China, of Novel Coronavirus–Infected Pneumonia. *The New England Journal of medicine*. 2020; 382:1199-1207.
31. Victora CG, Barreto ML, Leal MC, Monteiro CA, Schmidt MI, Paim J, et al. Condições de saúde e inovação nas políticas de saúde no Brasil: o caminho a percorrer. *The Lancet* [Internet]. 2011 [acesso em 18 ago 2021];90-102. Disponível em: <http://download.thelancet.com/flatcontentassets/pdfs/brazil/brazilpor6.pdf>.
32. Bertuol C. Crianças no espaço urbano: um estudo sobre políticas públicas no contexto das “cidades amigas da criança” [tese]. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica; 2008.
33. Prefeitura Municipal de Franco da Rocha. Decreto nº2712, de 17 de dezembro de 2018. Dispõe sobre Aprova o regimento interno do Conselho Municipal da Juventude [Internet]. 2018 [acesso em 10 out 21]. Disponível em: <http://leis.prefeitura.francoदारocha.sp.gov.br:8088/view/Arquivos/3b126f89-86e4-4f40-b1b0-c336bd94c170.pdf>.
34. Carvalho M. A Saúde coletiva e a categoria território: abordagens da epidemiologia, ciências sociais e planejamento. *Geografia em questão*. Paraná. 2019; 12(12):61-74.
35. Bonell C, Michie S, Reicher S, West R, Bear L, Yardley L, Curtis V, Amlôt R, Rubin GJ. Harnessing behavioural science in public health campaigns to maintain social distancing in response to the COVID-19 pandemic: key principles. *J Epidemiol Community Health* [Internet]. 2020 [acesso em 10 out 2021];74(8):617-619. doi: 10.1136/jech-2020-214290.

